Boletim Específico da Rede Estadual de Goiás

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS
filiado à CNTE CUT BRASIL

Nº 084 . Gestão 2021/2025 Goiânia, Agosto de 2023

EM ASSEMBLEIA, TRABALHADORES/AS DELIBERAM IMPORTANTES ASSUNTOS

O Sindicato dos/as Trabalhadores/as em Educação de Goiás, realizou no dia 22 de junho, uma importante Assembleia da Rede Estadual de Educação. Em pauta, ações judiciais, o fechamento das turmas do ensino regular noturno, a situação dos/as aposentados/as e informes gerais.

Sobre as Ações judiciais confira abaixo um pouco mais do que foi repassado e aprovado em Assembleia

IPASGO

Em relação ao Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás Saúde de Goiás (IPASGO), existe uma Ação do SINTEGO que foi solicitado o reembolso do desconto realizado indevidamente no contracheque dos/as trabalhadores/as nas férias e no 13º, nos anos de 2005, 2006 e 2007.

A Central do SINTEGO e todas as Regionais Sindicais iniciaram a coleta da documentação de todos/as os/as trabalhadores/as para que a restituição seja feita diretamente a cada um/a, por lotes.

Todos/as os/as trabalhadores/as, filiados/as ou não, devem se dirigir até uma das 36 regionais e na sede central do SINTEGO e assinar os documentos necessários que irão viabilizar o pagamento dos valores. Obs: não precisa buscar nenhum advogado. O SINTEGO garantirá através do nosso jurídico.

Horas Extras (60h)

Os cálculos para o pagamento da Ação das horas extras já estão prontos para que a negociação entre SINTEGO e Estado de Goiás seja firmado, através da Procuradoria Geral do Estado de Goiás.

A ação coletiva que o SINTEGO impetrou contra o Estado, cobra as horas extras de todos/as que trabalharam com a carga horária de 60h, a partir do ano de 2016.

As tratativas estão avançadas e assim que as reuniões administrativas forem finalizadas e a negociação for oficializada com a PGE todos/as serão informados/as dos detalhes de como será a forma de pagamento para que todos/as recebam o mais rápido possível. Em breve novas informações, siga o SINTEGO nas redes sociais.

Titularidade

Em 2012, no Governo Marconi Perillo, foi retirada a Gratificação de Titularidade dos/as Professores/as da Rede Estadual de Educação, alegando o pagamento do Piso. O SINTEGO tem movido ação coletiva que perdemos na primeira instância mas recorremos no Supremo.

Com o discurso de devolver a Titularidade, Caiado foi eleito, porém o tempo passou e até hoje, em seu segundo mandato, nada foi feito e pior… destruiu a carreira no momento em que não respeitou a formação ao pagar o Piso na carreira.

O SINTEGO continuou lutando e busca através do recurso da Ação Judicial que tramita no Supremo Tribunal Federal, e coloca uma nova esperança segundo avalia a nossa presidente e Deputada Bia de Lima, "estamos em um momento político favorável aos/as trabalhadores/as e vamos buscar reforços jurídicos contratando outros escritórios advocatícios em Brasília para que os/as professores/as tenham seus direitos garantidos".

A presidente do SINTEGO e os advogados/as envolvidos/as explicaram aos/as presentes todos os cenários e possibilidades.

A categoria aprovou durante a Assembleia, a assinatura de um novo contrato. Ficando da seguinte forma: referente ao retroativo: com honorários advocatícios no percentual de 20% de cada trabalhador/a, quando estes forem receber o que lhe for de direito e assim que retornar o benefício adquirido, cada trabalhador/a terá cinco parcelas da sua titularidade direcionada para o pagamento de honorários, quanto o direito doravante for pago. Isso se a causa for exitosa.

É importante ressaltar que esse contrato só será executado se a Ação for vitoriosa, e que nenhum filiado/a terá que pagar qualquer valor agora ou depois da tramitação final da Ação, caso não seja ganha.

A Ação, jamais esquecida pelo SINTEGO e pela presidenta Bia de Lima, tem agora um novo cenário político, extremamente favorá-

vel, para que a vitória seja realidade e que todos/as tenham o retroativo a partir do ano de ingresso da Ação até o dia que for votado em última instância.

Aposentados/as

Em 2019, infelizmente, mesmo com muita luta do SINTEGO e de toda a categoria que atendeu todos os chamados, foi aprovada a Reforma da Previdência onde foi iniciado o desconto de 14,25% no contracheque de todos/as os/as trabalhadores/as já aposentados/as.

Neste sentido, existem duas Ações do SINTEGO, com essa temática. A primeira delas é pedindo a restituição do valor cobrado indevidamente entre os meses de abril de 2020 a março de 2021, quando os efeitos da Lei, ainda não poderiam ter chegado até o contracheque dos/as trabalhadores/as.

Foi julgada procedente a ação coletiva do SINTEGO, onde o sindicato alegou a ilegalidade dos descontos previdenciários de 14,25% realizados nos vencimentos dos/as aposentados/as e pensionistas, antes do prazo de 120 dias da data da publicação da lei. Estes valores descontados fora da vigência da Lei terão as correções devidamente atualizadas.

E a segunda que é para que todos/as que recebem até o teto do INSS, deixem de contribuir os 14,25%. Em 2021 foi conquistado uma vitória parcial, onde todos/as que recebem até 3 mil reais fossem isentos/as. No entanto, ainda há muito que se avançar.

INFORMES

Fechamento de turmas do noturno.

Após representação do SINTEGO junto ao Ministério Público, a Entidade orientou que a SEDUC reveja o fechamento das turmas, que podem afetar mais de 10 mil alunos/as. Que além de não terem a garantia do ensino regular no diurno, mesmo sendo menor de idade, estão sendo obrigados a se matricularem na modalidade EJA.

Novo Plano de Carreira dos/as professores/as

Após a destruição da Carreira o Governo se comprometeu, após cobrança do SINTEGO, a construir uma nova carreira em Goiás.

Novo Plano de Carreira dos/as Administrativos/as

Seguimos lutando para que em setembro tenhamos um novo Plano de Carreira para a categoria. Em agosto, será realizado uma reunião ampliada com os/as servidores/as administrativos/as da rede estadual de educação, onde será apresentado para todos/as os pontos da proposta.

EM MAIS UM ANO GOVERNO DE GOIÁS NÃO VALORIZA OS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O SINTEGO, juntamente com a categoria e a presidenta e Deputada Estadual, Bia de Lima, lutaram bravamente para que os direitos dos/as trabalhadores/as em Educação de Goiás, tivessem seus reajustes previstos em Lei. Mas no dia 25 de maio, em segunda e última votação, a maioria dos/as deputados/as aprovaram o Projeto de Lei horroroso, que o Governo de Goiás enviou, não respeitando a carreira do magistério e pagando em duas vezes a data-base dos/as administrativos/as.

Professores/as

O pagamento aos/as professores/as será retroativo a janeiro, com o percentual de 14,95%, apenas para nível I (magistério ensino médio) e II(licenciatura curta). Para os/as profissionais do magistério de nível III (graduação) o reajuste será de 12,1%. E para o/a professor/a e nível IV (pós - graduação), o reajuste é de 5,93%.

Mais uma vez o Governo de Goiás, destrói e acaba com a Carreira do Magistério não pagando os 14,95% para todos/as. Desvalorização de quem estuda e se qualifica, que passa a ser uma marca do Governo Caiado, quer voltar a ter o primeiro lugar no IDEB… Mas não faz o dever de casa. "Valorização dos/as profissionais da Educação, pagar o Piso na carreira, é respeitar e valorizar o/a professor/a", disse Bia de Lima.

Entenda como foi aplicado o Piso do Magistério 2023

Pagamento retroativo a janeiro.

P1 e P2: reajuste de 14,95%, previstos em Lei para todas as referências.

P3 (curso superior): com base no vencimento das referências (Nivelou ao Piso da A a F e deixou maior a G).

A - 12,10%
B - 9,9%
C - 7,75%
D - 5,63%
E - 3,56%
F - 1,53%
G - 5,93%

A diferença dos valores entre a referência A para a G ficou em 6,43%.

P4 (pós graduação): reajuste de 5,93% para todas as referências, 2% de uma referência para outra.

Administrativos/as

O pagamento da Data-base dos/as administrativos/as, que tem o percentual de 5,93%, foi dividido em duas parcelas, sendo a primeira de 2,96% em maio e a segunda de 2,93% em outubro. Sem sequer cogitar o pagamento das Datas-bases devidas dos últimos quatro anos.

O SINTEGO reivindicou o pagamento em parcela única durantes as tratativas, porém o Governo que se diz ter arrecadado tanto neste ano, não valoriza e paga em parcela única a recomposição inflacionária dos/as administrativos/as.

"Nenhuma entidade concordou com essa proposta do governo. Aqui represento o servidor público, e aqui digo que essa proposta não agrada a ninguém. Não concordamos com o percentual nem com a divisão", finalizou Bia.

Entenda como foi aplicada a Data-base dos/as administrativo/as

Reajuste de 5,93%, parcelado em duas vezes: 2,96% em maio e 2,96% em outubro.

Expediente

Esta é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - SINTEGO . Presidenta: Bia de Lima . **Sec. de Imp. e Divulgação:** Napoleão B. Ferreira da Costa . **Jornalista Responsável:** Marielly Dias . **Diagramação e arte:** Luciana Quixabeira . **Instagram:** @sintego . **Face:** Facebook/sintego . **Site:** www.sintego.org.br . **Fotos:** arquivo SINTEGO e CUT-GO . **Impressão:** Art 3 . **Tiragem:** 10.000 exemplares.